Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1434/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/8717/2013
PROTOCOLO	:	1419652
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL
ORDENADOR DE DESPESAS	:	ERONIVALDO DA SILVA VASNCONCELOS JUNIOR
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO N. 29/2013
CONTRATADA	:	INSTITUTO EDUCATE
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA EDUCACIONAL
VALOR DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 111.755,00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato n. 29/2013 celebrado entre o Município de Fátima do Sul e a empresa Instituto Educate, decorrente do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 06/2013, cujo objeto é a prestação de serviços para a implantação de sistema educacional, no valor de R$ 111.755,00 (cento e onze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais).

Analisa-se, neste momento, o procedimento licitatório (1ª fase) e a formalização contratual (2ª fase), nos termos do art. 120, I e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, tanto o Corpo Técnico, conforme Análise Conclusiva ANC-4ICE-18430/2013, quanto o Ministério Público de Contas – MPC, Parecer PAR-MPC-GAB.2 DR.JOAOMJ-2667/2014, opinaram pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual.

DA DECISÃO

Analisando os autos, verifica-se o atendimento às exigências contidas na Lei Federal n. 8.666/93 e n. 10.520/2002, e nas normas regimentais expedidas por esta Corte de Contas.

Assim, acompanho o entendimento da equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (ICE) e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade** e **regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 06/2013, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 120, I, do RITC/MS;

2. pela **regularidade** e **legalidade** da formalização e teor do Contrato n. 29/2013, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª ICE, para análise dos atos de execução do contrato.

Campo Grande, 7 de março de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dss